



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 4, art. 5, p. 91-113, abr. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.4.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Relações entre Transferências Governamentais e Desenvolvimento Socioeconômico: Análise em Governos Locais Brasileiros

Relations Between Government Transfers and Socioeconomic Development: Analysis in Brazilian Local Governments

Anderson de Oliveira Reis

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – UFV
Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares
E-mail: anderson.reis@ufjf.br

Ana Luísa Marques Gonzaga

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares
E-mail: anaamarques@gmail.com

Endereço: Anderson de Oliveira Reis

Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares Avenida Doutor Raimundo Monteiro Rezende, 330, sala 300 – Centro, Governador Valadares-MG, Brasil.

Endereço: Ana Luísa Marques Gonzaga

Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares Avenida Doutor Raimundo Monteiro Rezende, 330, sala 300 – Centro, Governador Valadares-MG, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 10/02/2023. Última versão recebida em 27/02/2023. Aprovado em 28/02/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

No Brasil, estado federativo constituído em três níveis de governo, as transferências governamentais, são a principal fonte de renda dos municípios em geral. O objetivo desse estudo é analisar em que medida o desenvolvimento socioeconômico dos municípios pode ser afetado pelo recebimento das transferências governamentais. Para tanto se utilizou de uma abordagem quantitativa e descritiva, da Análise Exploratória dos Dados, Correlação de Pearson e Regressão Linear múltipla como ferramentas de análise estatísticas. A amostra é composta por 2.777 municípios brasileiros com dados referentes ao ano de 2016. Os resultados apontam que tanto as transferências na área de saúde como na área de educação contribuem para o desenvolvimento dos municípios de maneira geral. A qualidade da educação e o esforço orçamentário em saneamento básico também possui efeito positivo sobre o desenvolvimento. Além disso, há uma distorção entre as regiões brasileiras em relação ao desenvolvimento municipal. Pode-se concluir que as transferências vinculadas as áreas de saúde e de educação são importantes para proporcionar condições de desenvolvimento para os municípios, no entanto, ainda são necessárias ações para atenuar as diferenças entre as regiões brasileiras no que tange ao desenvolvimento socioeconômico em nível local.

Palavras-chave: Federalismo. Transferências Governamentais. Desenvolvimento Socioeconômico. Saúde. Educação.

ABSTRACT

In Brazil, a federative state made up of three levels of government, government transfers are the main source of income for municipalities in general. The objective of this study is to analyze to what extent the socioeconomic development of municipalities can be affected by the receipt of government transfers. For that, a quantitative and descriptive approach was used, Exploratory Data Analysis, Pearson Correlation and Multiple Linear Regression as statistical analysis tools. The sample consists of 2,777 Brazilian municipalities with data referring to the year 2016. The results indicate that both transfers in the health and education areas contribute to the development of municipalities in general. The quality of education and the budgetary effort in basic sanitation also have a positive effect on development. In addition, there is a distortion between Brazilian regions in relation to municipal development. It is concluded that transfers linked to the areas of health and education are important to provide development conditions for municipalities. However, actions are still needed to mitigate the differences between Brazilian regions in terms of socioeconomic development at the local level.

Keywords: Federalism. Government Transfers. Socioeconomic Development; Health. Education.

1 INTRODUÇÃO

O federalismo é uma forma de estruturação político-administrativa do Estado em que o governo central toma decisões quando há necessidade de consentimento das unidades subnacionais, isto é, a autonomia política é compartilhada. No Brasil, é adotado um federalismo do tipo cooperativo, com a coordenação liderada pelo governo federal, capaz de exercer uma maioria organizada no Legislativo por meio de sua coalizão (RODDEN, 2005; GUICHENEY; JUNQUEIRA; ARAÚJO, 2018; SIMONI JUNIOR; LAZZARI; FIMIANI, 2022). A organização de um Estado em forma federativa implica a descentralização de funções do governo. Dessa forma, participantes do estado federado é dividido em governos subnacionais, ou seja, unidades federativas descentralizadas com autonomia política, administrativa e financeira (SOUZA, 2019; HEGELE; SCHNABEL, 2021).

Rogers (2021) explica que, em estados federativos, as receitas normalmente são concentradas no governo central e são constituídos mecanismos de transferências no intuito de equalizar a renda dos entes federativos e promover o desenvolvimento de forma equânime. A promoção do desenvolvimento socioeconômico é um desafio constante para governos nacionais e subnacionais de diversos países. De forma geral, existe preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em contraponto à restrição de recursos que não permitem atender todas as demandas sociais.

O Brasil é o quinto maior país em território no mundo, além de possuir uma vasta diversidade cultural. Tais características exigem atuação política diversificada em cada região. No passado, o governo era centralizado e, devido ao elevado grau de heterogeneidade, o governo central não atendia as demandas individuais. A descentralização se intensificou com a constituição de 1988, quando foi estabelecido o chamado “pacto democrático”, onde os estados e, principalmente, municípios tiveram maior autonomia política e tributária (TOMIO, 2005; NUNES; MATOS, 2019).

O desenho federativo do Brasil, definido a partir da constituição, apresenta um desequilíbrio nas competências administrativas e fiscais que implicam em uma complexidade no oferecimento dos serviços públicos que são vetores do desenvolvimento.

Reis, Costa e Silveira (2013) destacam que o processo de descentralização no Brasil, principalmente com o reconhecimento do município como ente federativo a partir de 1988, ocorreu de forma desordenada e culminou na criação de muitos municípios. Foram criados em torno de 1438 municípios no período entre 1988 e 2000. A realidade,

principalmente de pequenos municípios, é que as transferências de responsabilidade não foram acompanhadas de autonomia financeira por meio da transferência de competência tributária. Assim, muitos municípios não possuem capacidade de expandir a arrecadação de impostos, nem de financiar outra atividade que não seja o pagamento dos servidores públicos, nem como desempenhar, com recursos transferidos para tal fim, algumas atividades relacionadas à prestação de serviços de saúde e educação.

De forma geral, observa-se que a partir da Constituição de 1988 há uma maior delegação de competências aos municípios na prestação de serviços públicos, principalmente na área de saúde e educação. No entanto, no desenho do federalismo fiscal os municípios receberam competência sobre os tributos de menor expressão econômica e maior dificuldade de arrecadação por fatores políticos, tecnológicos e até mesmo de gestão.

Para atenuar esse desequilíbrio vertical no federalismo brasileiro, foram criados mecanismos de transferências obrigatórias ou voluntárias de recursos da União e dos Estados para os municípios dentre os quais pode-se citar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cota-parte do ICMS, recursos oriundos de emendas parlamentares e transferências voluntárias para aplicação em setores específicos.

Diante desse cenário, muitos municípios ficam dependentes dos recursos de transferências provenientes de outros entes federativos, pois possuem uma baixa capacidade arrecadatória (MASSARDI; ABRANTES, 2015; PREREIRA *et al*, 2019; RIBEIRO *et al*, 2019). Como o volume dessas transferências depende da atividade econômica do país, as receitas municipais sofrem variações que podem comprometer o oferecimento de serviços públicos e, portanto, o desenvolvimento socioeconômico no âmbito local.

Alguns estudos, como o de Massardi e Abrantes (2015), abordam a relação entre esforço fiscal e desenvolvimento socioeconômico, nesse caso eles demonstram que a descentralização trouxe uma dependência aos municípios de transferências governamentais. Corroborando com os autores, Reis *et al* (2022), ao analisarem os fatores determinantes da dependência financeira dos municípios das transferências financeiras realizadas pela União, encontraram que a dependência financeira ao FPM está diretamente relacionada ao tamanho do Município, sendo que quanto menor o Município maior a dependência ao FPM. Os autores também relatam a existência de uma correlação negativa entre o desenvolvimento (IDHm) dos Municípios e a dependência ao FPM. Afirmam ainda a existência de uma relação inversa entre o grau de dependência e a renda per capita nos Municípios Capitais. Apostam para a existência de diferenças regionais para o grau de

dependência. E por fim apontam que a dependência ao FPM pelo fato de o Município ser urbano ou rural precisa ser melhor avaliada (REIS *et al*, 2022).

Já Reis, Silveira e Costa (2013) desenvolveram trabalho que busca demonstrar se a descentralização e emancipação foram benéficas para os municípios emancipados comparando a receita dos mesmos com os seus municípios de origem. Concluíram que os municípios emancipados recebem maior repasse governamental e possuem a mesma capacidade de arrecadação tributária dos seus municípios de origem. Contudo, esse fato não possibilita que eles apresentem o mesmo nível de bem-estar e eficiência na gestão de recursos. Em contraponto, Suzart, Zuccolotto e Rocha (2018) apontam que as transferências governamentais ao mesmo tempo que fornece baixo incentivo para que os entes subnacionais aumentem a sua arrecadação, há evidências de que as transferências têm estimulado o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

Diante das discussões sobre a descentralização, federalismo fiscal e desenvolvimento dos municípios, levanta-se o seguinte questionamento: as transferências governamentais são capazes de explicar o desenvolvimento socioeconômico nos municípios brasileiros?

O objetivo deste estudo é analisar em que medida o desenvolvimento socioeconômico dos municípios pode ser afetado pelo recebimento das transferências governamentais. Mais especificamente, pretende-se verificar o possível efeito das transferências governamentais vinculadas à saúde e educação e analisar as possíveis diferenças nos efeitos dessas transferências sobre o desenvolvimento.

Conforme apontado por Menicucci e Leandro (2022) e Rezende (2010), o principal aspecto do federalismo fiscal é a repartição de recursos fiscais entre os entes governamentais, de forma que todos tenham possibilidade de assumir suas responsabilidades, ele aumenta a viabilidade de regiões carentes possuírem a mesma evolução social das demais. As transferências governamentais são ferramentas utilizadas para reduzir desigualdade entre os governos subnacionais. O Brasil possui um vasto território, gerando divergências regionais e sociais, assim, estudar os impactos que as mesmas geram sobre os governos estaduais e, principalmente, os municipais que possuem menor de arrecadação de receitas é importante para avaliar a efetividade das transferências e melhoria na qualidade de vida da população.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Federalismo Fiscal e Transferências Governamentais

O termo federalismo foi criado a partir da necessidade que países, principalmente os detentores de grandes territórios, tiveram de descentralizar o seu poder (GADELHA, 2017). Consiste em uma forma de organização dos entes federados, tornando-os independentes administrativamente, politicamente, tributariamente e financeiramente (SOUZA, 2019; HEGELE; SCHNABEL, 2021).

Segundo Rodden (2005), o federalismo é uma forma de distribuição da autoridade de uma organização político-territorial, em que são realizados acordos com diversos propósitos e ambas as partes possuem responsabilidade mútua. As decisões tomadas pelo governo central são consentidas pelas unidades subnacionais. O federalismo não impõe o domínio do governo central e os entes subnacionais são individualmente independentes (GUICHENEY; JUNQUEIRA; ARAÚJO, 2018; SIMONI JUNIOR; LAZZARI; FIMIANI, 2022).

Para Barbosa *et al* (1998), a presença de diversas categorias de comando torna a população mais presente no governo por meio da escolha de seus representantes, e também há maior assistência às especificidades de cada população. Além disso, se relaciona positivamente com o crescimento da independência fiscal dos governos locais (CAMARGO; HERMANY, 2020).

No Brasil, o estado federativo foi instaurado a partir da proclamação da república em 1889 (KUGELMAS; SOLA, 2000), substituindo modelo de estado unitário e atribuindo autonomia aos estados. Desde o período colonial, a administração pública brasileira era caracterizada como centralizada (GASPARINI; GUEDES, 2007). O país passou por vários períodos centralizadores, da “Primeira república”, Estados Novos, Regime militar até a democratização. O principal marco de maior descentralização aconteceu a partir da Constituição de 1988 (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021).

O federalismo no Brasil passou por um processo de transferência de responsabilidade da União para os Estados e Municípios. Desta forma, é complexo determinar a quantidade de despesas que cada nível precisará e, assim, determinar a carga tributária necessária para suprir as necessidades de cada um, sendo preciso determinar mecanismos de equalização fiscal entre os entes federativos (BEZERRA, 2022).

Gadelha (2017) afirma que o federalismo fiscal é forma de política que busca diminuir as desigualdades entre as regiões de uma federação. A União, Estado e Município

passaram a compartilhar as responsabilidades tributárias e os gastos públicos, proporcionando descentralização econômica. Assim, cada ente é responsável pela arrecadação de tributos específicos de sua competência, assim como distribuição desses recursos e prestação de serviços à comunidade.

Barbosa et al (1998) determinam três características sobre a organização federalista. A alocação eficiente de recursos é realizada por meio da descentralização de serviços públicos e produção dos bens nos diferentes níveis de governo. A presença de vários níveis de governo acarreta maior atuação da sociedade, mediante a escolha de representantes políticos. E a descentralização do governo faz com que liberdades básicas e os direitos individuais dos cidadãos sejam preservados.

Segundo Rodden (2005), desde a instauração do federalismo no Brasil, a autoridade dos governadores e prefeitos passou a não depender da União, eles obtiveram maior autonomia política e financeira. Principalmente os municípios, que conquistaram direito de arrecadar receitas próprias com os impostos exclusivamente municipais, além das receitas advindas das transferências governamentais. (MASSARDI; ABRANTES, 2015).

Para Oates (1999), dentro do federalismo Fiscal, as transferências governamentais é mecanismo político de base que busca reduzir as desigualdades e influências macroeconômicas nos governos locais. Ele acrescenta os papéis possíveis para subvenções governamentais: internalização de benefícios indiretos para outras jurisdições, equalização fiscal entre jurisdições e um sistema tributário geral melhorado.

As transferências governamentais podem ser divididas em dois tipos, as condicionadas, que possuem limitações de uso para quem as recebe, são direcionadas à prestação de serviços em benefício dos residentes. O segundo tipo são as incondicionais, que podem ser usadas para qualquer finalidade pelo destinatário. As doações incondicionais são formas de equalização fiscal, que buscam direcionar fundos de jurisdições mais ricas para a mais pobre, fundamentada a partir de uma fórmula que mede a necessidade fiscal e a capacidade fiscal de cada localidade. (OATES, 1999).

No Brasil, as transferências governamentais são responsáveis por grande parte da receita orçamentária dos municípios (BAIÃO, CUNHA e SOUZA, 2017). O índice de esforço fiscal é um mecanismo de indicar a capacidade de arrecadação de receitas da federação. (PIANCASTELLI, MIRANDA, VASCONCELOS, 2004). Assim, é possível identificar os impactos das transferências nos municípios e a eficiência tributária deles.

A Tabela 1 apresenta as principais transferências governamentais e os responsáveis e receptores das mesmas.

Quadro 1 – Transferências Governamentais

Transferências União-Estado		Transferências União-Municípios
Estados		Municípios
União	CIDE - Combustíveis	FPM
	FPE	ITR
	FUNDEB	LC 87/96
	IOF-ouro	FUNDEF
	IPI-Exp	ITR
	LC 87/96	FEX
	Royalties	CIDE-Combustíveis
	AFE	AFM
	Royalties	
	IRRF	
	FNS	
Transferências Estado-Municípios		
Estados		LC87/96
		IPI-Exp
		Cota-Parte ICMS
		IPVA
		FUNDEB

Fonte: (Tesouro Nacional adaptada pelo autor, 2019)

Prado (2006) determina que as transferências condicionais já possuem destinações definidas, são apresentadas em dois grupos básicos: em primeiro lugar, atribuídas a programas nacionais, objeto de especificações legais ou constitucionais. Estão ligadas às transferências referentes à área da saúde e educação. Em segundo, podem ser voluntárias ou discricionárias. Estão ligadas a convênios onde o governo federal financia programas e obras dos governos subnacionais.

No presente trabalho serão abordadas apenas as transferências condicionadas para área de saúde e educação. Sendo essas o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

- **FUNDEB:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Transferência especial, de natureza contábil e nível estadual. São direcionados aos Municípios e Distrito Federal que prestam serviços na educação básica. Esses recursos são enviados pela proporção do número de matrículas nas escolas públicas e conveniados. (FUNDEB, 2019).

- SUS: Instaurado pelo Decreto Nº 64.867, de 24 de julho de 1969, o Fundo Nacional de Saúde é o gestor que distribui os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). (FNS, 2019).

-

2.2 Desenvolvimento Socioeconômico

De acordo com Todaro e Smith (2011), a preocupação básica da economia tradicional é alocação eficiente de recursos, menor custo de produção e crescimento constante na construção de bens e serviços. A economia do desenvolvimento ultrapassa esses objetivos, para além de produção e distribuição eficiente de recursos, também trabalha com os mecanismos econômicos, sociais, políticos e institucionais, públicos e privados para melhoria da condição de vida dos povos da África, Ásia, América Latina e demais economias.

Todaro e Smith (2011) afirmam que nos países menos desenvolvidos, o sistema de mercados e recursos é extremamente imperfeito, com informações limitadas aos produtores e consumidores, preços não compatíveis com a oferta e demanda. Desenvolvimento, de maneira geral, significa gerar taxas de crescimento *per capita* a ponto que uma nação possa expandir sua produção em um nível superior ao crescimento populacional. No passado, era entendido como fato econômico que visava ao crescimento do PIB em geral e *per capita* para a maioria na forma de empregos. A partir de 1970, o desenvolvimento econômico passou a ser compreendido como redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego. Contudo, segundo Scarpin e Slomski (2007), o PIB *per capita* para medir a situação de um país não é suficiente. Essa concepção tem como base a ideia de que a mensuração do progresso inclui além da riqueza em termos monetários, saúde, educação e qualidade de serviços como saneamento, cultura e lazer.

Após o entendimento do desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas, houve a necessidade de mensurar o desenvolvimento, a utilização do PIB (Produto Interno Bruto) não era mais suficiente para quantificar o desenvolvimento de uma sociedade, pois o crescimento econômico não significava que a nação era completamente desenvolvida.

Dessa forma, desenvolvimento se tornou um processo de mudança nas organizações sociais, atitudes populares e instituições nacionais, como: aceleração do crescimento econômico, redução da desigualdade e diminuição da pobreza. Existem três diretrizes básicas que funcionam como base conceitual do desenvolvimento, representam

metas comuns que todos buscam individualmente ou em sociedade. Estes são: sustento, autoestima e liberdade, acrescentam Todaro e Smith (2011).

O desenvolvimento socioeconômico é entendido como um processo não mensurável. Contudo, existem indicadores socioeconômicos que servem como mecanismo para quantificar esse processo. Os mais conhecidos são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). (SCHLINDWEIN; CARDOSO; SHIKIDA, 2014).

O IDH se baseia em três preceitos básicos do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Ele tem como objetivo mensurar de forma mais abrangente, contrapondo o PIB que considera apenas o lado econômico. Contudo, ele não esgota todos os aspectos de desenvolvimento. O valor é dado entre 0 e 1, quanto mais próximo do 1, mais desenvolvida é a região. (PNUD, 2019). De acordo com Todaro e Smith (2011), esse índice tem uma das principais vantagens demonstrar que um país pode possuir condições boas de desenvolvimento humano mesmo com menor nível de renda.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em três áreas de atuação: emprego & renda, educação e saúde. Sua leitura varia entre 0 (zero) e 1 (um), quanto mais próximo de 1 (um), maior desenvolvimento na área estudada (FIRJAN, 2019).

Massardi e Abrantes (2015) destacam que o IFDM apresenta como vantagem de ser um parâmetro para medir o desenvolvimento socioeconômico em nível local, distinguindo-se por ter periodicidade anual, o que permite que a sociedade e o governo possam acompanhar a evolução do desenvolvimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), utiliza-se de amostras amplas e informações numéricas e tem como objetivo mensurar e possibilitar o teste de hipóteses com menor erro possível de interpretação. Quanto ao objetivo da pesquisa, trata-se de um estudo descritivo. Para Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa registra e descreve dados sem interferir neles, entendendo a frequência em que ocorrem os fatos e buscando explicá-los. A população da pesquisa são todos os municípios do Brasil, segundo o IBGE (2020) somam 5.570. Entretanto, devido à ausência de

dados necessários ao estudo e a eliminação de *outliers*, a amostra é composta por 2.777 municípios.

Os procedimentos estatísticos utilizados foram a análise exploratória de dados (AED), correlação de Perason e a Regressão Linear múltipla. A AED tem como intuito conhecer o comportamento das variáveis que compõem a base de dados com relação a possíveis semelhanças e discrepâncias.

Segundo Fávero e Belfiore (2015), o coeficiente de correlação de Pearson (r) estima o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas. É um índice adimensional que reflete a intensidade de uma relação linear entre dois conjuntos de dados.

Já a regressão linear múltipla, conforme explicado por Corrar, Paulo e Dias Filho (2014), busca descrever o desempenho de uma variável dependente (Y) a partir do conhecimento de duas ou mais variáveis independentes (X_1, X_2, \dots, X_n). No presente estudo, a variável dependente é desenvolvimento socioeconômico. Já as variáveis independentes são as transferências governamentais recebidas nas áreas de saúde e de educação, bem como um vetor de variáveis de controle. O modelo estimado no estudo é apresentado na Equação 1:

$$IFDM = \beta_0 + \beta_1 \ln TF_{saúde} + \beta_2 \ln TF_{educação} + \beta_3 Z + Dummy + \varepsilon \quad (1)$$

Como proxy de desenvolvimento socioeconômico, foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), bem como seus índices componentes de educação (IFDM_E), saúde (IFDM_S) e emprego e renda (IFDM_ER). As variáveis de interesse são o montante de transferências governamentais na área de saúde (TF_saúde) e educação (TF_educação).

O termo Z representa o vetor de variáveis de controle. Como variáveis de controle foram utilizados a nota do SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), como proxy de qualidade da educação) e o esforço orçamentário em saneamento básico, como proxy de saneamento.

Na análise de regressão, ainda foram inseridas *dummies* de regiões de acordo com a região geográfica à qual o município pertence, no intuito de identificar comportamentos diferentes em relação ao desenvolvimento nas diferentes regiões brasileiras. Nas variáveis financeiras foi aplicado o logaritmo neperiano no intuito de diminuir a discrepância entre as variáveis e entre os próprios municípios, e ainda não prejudicar a estimação do modelo

de regressão. Por fim, ε representa o termo de erro. O Quadro 2 apresenta as variáveis utilizadas, bem como sua descrição e a expectativa teórica.

Quadro 2 – Descrição das Variáveis do estudo

Variável	Descrição	Explicação
IFDMG	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Geral	Variável dependente (Y)
IFDM_E	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Educação	Variável dependente (Y)
IFDM_ER	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Emprego&Renda.	Variável dependente (Y)
IFDM_S	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Saúde.	Variável dependente (Y)
TF_SAÚDE	Volume de transferência na área da saúde per capita.	Positiva, de acordo com autores Todaro e Smith (2011); Scarpin e Slomski (2007); Oates (1999);
TF_EDUCAÇÃO	Volume de transferência na área da educação per capita.	Positiva, de acordo com autores Diniz, Alves e Martins (2017); Todaro e Smith (2011); Oates (1999)
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).	Variável de controle da educação.de acordo com autores Todaro e Smith (2011); Scarpin e Slomski (2007)
SANEAM	Esforço Orçamentário em Saneamento Básico per capita.	Variável de controle da saúde.de acordo com autores Siqueira et al., (2018); Todaro e Smith (2011).

Fonte: Resultado da pesquisa.

Para realizar a estimação e os cálculos estatísticos, foram utilizados como ferramenta de apoio os *softwares SPSS e STATA*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Conhecendo a base de dados: Análise Exploratória dos Dados (AED)

A análise exploratória dos dados tem como objetivo conhecer os dados que foram analisados em relação às medidas de centralidade, dispersão e bem como a presença de *outliers*, estes últimos podem ser considerados medidas discrepantes dentro da amostra que podem enviesar os resultados. Neste estudo, foram consideradas discrepantes as

observações que estavam três desvios padrões acima ou abaixo da média. Os resultados da estatística descritiva para a amostra analisada são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística Descritiva

	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
IFDM	32,14	90,06	67,61	68,10	32,13 ^a	9,45	-0,33	-0,17
IFDM_E	39,08	100,00	78,24	79,26	100,0	10,72	-0,41	-0,22
IFDM_ER	15,67	82,35	47,36	46,15	15,66 ^a	12,23	0,28	-0,45
IFDM_S	18,49	98,20	77,25	80,16	18,48 ^a	12,96	-1,09	1,12
TF_Saúde	0,74	2423,25	235,81	214,97	0,74 ^a	118,47	4,36	25,01
TF_Educação	51,26	2309,95	561,74	522,41	51,25 ^a	230,74	1,30	4,54
SAEB	31,50	70,55	50,16	50,36	43,45 ^a	5,47	0,10	-0,09
SANEAM	0,00	12,099,14	176,05	28,69	0,54	3658,16	51,11	2662,79

Fonte: Elaborado pelos autores

O IFDMG leva em consideração o desenvolvimento consolidado dos municípios. Na amostra analisada, o valor mínimo apresentado é de 32,14, observado para o município Ipixuna – AM, já o valor máximo de 90,06, representado pelo município de Louveira – SP. O valor médio é de 67,61, sendo que 47,56% dos municípios estão abaixo da média. O desvio padrão é relativamente baixo, demonstra que não há grande dispersão do IFDMG em relação à média. Com relação à curva de distribuição, observa-se que é levemente assimétrica (-0,33), inclinada para a esquerda e formato platicúrtica.

O IFDME estima desenvolvimento municipal considerando os aspectos da educação. Seu máximo tem valor de 100,00 representado por seis municípios de São Paulo, sendo estes: Birigui, Gabriel Monteiro, Junqueirópolis, Marília, Santa Fé do Sul e Sebastianópolis do Sul. O valor mínimo de 39,08 é referente ao município de Currais – PI. A discrepância dos dados é baixa e cerca de 54,45% municípios estão acima da média de 78,24. Em aspectos gerais, as cidades possuem índice de IFDM_E com desenvolvimento moderado se tratando da educação. Sua distribuição é levemente assimétrica (-0,41), inclinada para esquerda e formato platicúrtica.

O IFDM_ER avalia o desenvolvimento de acordo com a renda e a geração de emprego formal da população. Tem como valor mínimo de 15,67 representado pelo município de Caldeirão Grande do Piauí – PI. A máxima de 82,35 da cidade de Capanema – PR. A média geral desse índice é de 47,36, considerado valor moderado onde 54,63% dos municípios apresentam índice inferior à média. O desvio padrão é o maior dos quatro índices (12,23) se comparado à média, o que significa que os dados possuem maior dispersão. Sua distribuição é assimétrica e levemente inclinada para direita (0,28) e o achatamento da curva tem formato platicúrtica.

O IFDM_S analisa atendimento na área da saúde. Máxima de 98,20 é apresentado pelo município de Barracão – RS. A cidade de Ipixuna – AM, que novamente tem menor valor entre as demais cidades, no valor de 18,49. Cerca de 59,41% dos municípios estão acima da média de 77,25. A dispersão dos dados é relativamente baixa em referência à média. Conforme a média geral, esse índice mostra que os municípios estão em um estágio moderado de desenvolvimento na área da saúde. O achatamento da curva é leptocúrtico e sua distribuição é assimétrica inclinada para a esquerda (-1,09).

Com relação ao volume de transferências na área da saúde, seu valor mínimo por pessoa é de R\$0,74, apresentado pelo município de Orocó-PE. O valor máximo de R\$2.423,25 é representado pela cidade de Castanheiras-MT. As transferências da educação têm como valor máximo de R\$2.309,95, observado para a cidade Currais – PI e o mínimo de R\$51,26 do município de Querência-MT. A média da TF_Saúde e TF-Educação de transferência é de R\$235,81 e R\$561,74, respectivamente. Sendo a porcentagem da saúde e educação de cidades abaixo da média, respectivamente 59,88 e 56,89%. Ambas as variáveis possuem alto desvio padrão em relação à média, indicando grande discrepância de valores por cidade. A assimetria da TF_Educação possui menor valor (1,30), se comparado ao da TF_Saúde (4,36), ambas com inclinação para a direita. O achatamento da curva da TF_Saúde tem maior concentração de dados, curtose de 25,01, enquanto a curtose da TF_Educação possui valor 4,54. O formato de ambas é platicúrtico.

O indicador de avaliação da educação básica teve valor mínimo de 31,50, retratado pelo município Milagres do Maranhão-MA e o máximo de 70,55 representado por Santa Maria do Herval-RS. Do total de municípios analisados, 51,85% das cidades têm valor maior que a média de 50,16. A dispersão dos dados é relativamente baixa em relação à média, evidenciando a homogeneidade dos dados. O achatamento da curva é platicúrtico e assimetria inclinada para direita (0,10).

A SANEAM tem como valor mínimo de R\$0,0004, retratado pela cidade de São Lourenço da Mata - PE e máximo de R\$12.099,14 referente ao município São João de Iracema - SP. A média é de R\$176,05, no qual 87,97% dos municípios estão abaixo da média geral. A SANEAM possui o terceiro maior desvio padrão de todas as variáveis, o que explica a maioria das cidades possuírem valor menor que a média. A assimetria da SANEAM tem grande inclinação para direita (51,11) e curvatura platicúrtica.

4.2 As relações entre Desenvolvimento Socioeconômico e Transferências de Saúde e Educação

Antes de calcular o modelo de regressão linear múltipla, foi estimada a relação entre as variáveis determinada pelo coeficiente de correlação de Pearson. A Tabela 4 apresenta o resultado dessa análise.

Tabela 2 – Coeficiente de Correlação de Pearson

	TF_saúde	TF_educação	SAEB	SANEAM
IFDM	-0,004	-0,006	0,545***	0,029
IFDM_E	-0,002	-0,004	0,635***	0,020
IFDM_ER	-0,009	-0,010	0,274***	0,015
IFDM_S	0,002	0,000	0,408***	0,032*

*, **, ***, representam significância estatística de a nível de 10%, 5% e 1% respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme demonstrado na tabela 4, os valores da transferência da área de saúde possuem correlação fraca e negativa com os indicadores do desenvolvimento geral, bem como com os componentes da educação e do emprego e renda. Já para o componente da saúde, observa-se correlação fraca e positiva. No entanto, tais valores não podem ser avaliados, uma vez que não apresentaram significância estatística.

As transferências da área da educação apresentam correlação baixa e negativa, em se tratando dos indicadores de desenvolvimento geral, assim como os demais indicadores da educação e do emprego e renda. Em se tratando da saúde, a correlação é zero. Contudo, tais valores não possuem significância estatística, sendo assim, não podem ser analisados.

A *proxy* de qualidade da educação (SAEB) possui correlação elevada e positiva com todos os indicadores do desenvolvimento geral. Tendo como maior correlação o componente da educação (0,608) e menor com o componente de emprego e renda (0,274). A mesma apontou significância estatística de 1%, conseqüentemente, deve ser a primeira a ser inserida na análise.

Conforme a tabela 4, o esforço orçamentário em saneamento básico (SANEAM) demonstra correlação fraca e positiva. Em se tratando de todos os indicadores do desenvolvimento geral, igualmente com os componentes de educação, saúde e do emprego e renda. Contudo, apenas o componente de saúde possui significância estatística, em consequência disso, os demais não podem ser analisados.

Tabela 3 – Resultados dos modelos de regressão linear múltipla

	IFDM	IFDM_E	IFDM_S	IFDM_ER
TF_saúde	2,349374*** (0,7132416)	1,645951** (0,8214953)	3,80294*** (0,9293829)	1,59973 ^{ns} (1,049601)
TF_educação	-0,2245216 ^{ns} (1,074302)	3,017412** (1,21098)	-2,353725* (1,308163)	-1,337035 ^{ns} (1,445743)
SAEB	0,5235939*** (0,0272882)	0,7194042*** (0,0280245)	0,5682129*** (0,0437676)	0,2832031*** (0,0448804)
SANEAM	0,7516177*** (0,1505252)	0,965229*** (0,1473592)	0,7447138*** (0,2231981)	0,545099** (0,240812)
DM_RNE	1,648117*** (0,6605818)	2,390367*** (0,5748289)	3,941705*** (1,174711)	-1,388714 ^{ns} (0,9189435)
DM_RCO	9,121917*** (0,7819993)	10,81347*** (0,6786765)	7,801053*** (1,337291)	8,749849*** (1,218646)
DM_RSD	9,074048*** (0,7020744)	14,7025*** (0,6003823)	9,359437*** (1,150503)	3,159064*** (1,027618)
DM_RS	12,44974*** (0,6923137)	12,12842*** (0,6045726)	15,02139*** (1,143627)	10,19897*** (1,043259)
DM_RN	omitida	omitida	omitida	omitida
CONST	28,4472*** (3,965693)	19,39673*** (4,701877)	37,06405*** (4,852035)	28,87746*** (4,977389)
Prob>F(p-valor)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
R ²	46,61	60,12	26,90	18,44

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os valores que estão entre parênteses são os erros-padrão robustos e *, **, *** correspondem significância em nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente; ns indica ausência de significância estatística.

O p-valor igual a zero do teste F permite a rejeição da hipótese nula de que o ajuste do modelo somente com o intercepto e o modelo estimado com as variáveis explicativas são iguais, de forma que os quatro modelos de regressão múltiplas estimados neste estudo são válidos para explicar o desenvolvimento socioeconômico nos municípios.

O valor do R² evidencia o quanto da variação da variável dependente, ou seja, o índice de desenvolvimento e seus componentes, é explicada pelas variáveis independentes. Nesse sentido para o primeiro modelo de regressão, as variáveis explicativas têm capacidade de explicação de 46,61% das variações no IFDM. No segundo modelo a capacidade de explicação é de 60,12% das variações do IFDM_E, no terceiro modelo 26,90% das variações do IFDM_S são explicadas, e por fim, no quarto modelo há explicação de 18,44% das variações do IFDM_ER.

A variável de transferências governamentais na área de saúde teve significância estatística na explicação do IFDM, IFDM_E e IFDM_S com nível de significância estatística de 1%, 5% e 1%, respectivamente. Na interpretação do coeficiente temos que para um aumento de 1% nos valores das transferências na área de saúde temos um aumento absoluto de 0,0235 unidades aproximadamente no IFDM. Já para o IFDM_E o aumento de 1% no valor das transferências causam um incremento absoluto de aproximadamente 0,0165 unidades no componente de educação do índice de desenvolvimento. O maior efeito das transferências vinculadas a saúde é no componente de saúde do índice de desenvolvimento de forma que o aumento de 1% nas transferências aumenta aproximadamente 0,0394 unidades no IFDM_S. Para dimensão de emprego e renda as transferências em saúde não apresentam efeitos com significância estatística.

Os resultados encontrados estão de acordo com as expectativas teóricas de Todaro e Smith (2011) que apontam que os recursos destinados à saúde contribuem para o desenvolvimento do capital humano, um dos principais vetores do desenvolvimento. Conforme explicado por Scarpin e Slomski (2007), os recursos destinados a saúde promovem o acesso da população a melhores condições de acesso a esse serviço público. Crianças com melhores condições de saúde tendem a ter melhor desenvolvimento escolar visto que apresentam melhor desenvolvimento cognitivo e ficam menos doentes, evitando faltas, por exemplo. Adultos com melhores condições de saúde são mais produtivos e faltam menos ao trabalho.

As transferências governamentais na área da educação tiveram significância estatística na explicação do IFDM_E e IFDM_S, sendo 5% e 10%, respectivamente. O coeficiente demonstra que o aumento de 1% no volume das transferências provoca acréscimo de 0,0302 unidades aproximadas no IFDM_E, onde o efeito das transferências da educação é maior.

O resultado da transferência em educação sobre o IFDM-E apresentou confirmação da expectativa teórica, ou seja, a maior transferência para a área de educação aumenta o índice de desenvolvimento. Isso porque a aplicação dos recursos de transferências de maneira adequada na área da educação melhora as condições de acesso a esse serviço público, aumentando o número de matrículas e da frequência escolar, por exemplo. Oates (1999) e Diniz, Alves e Martins (2017) explicam que as transferências condicionadas a aplicações específicas tendem a gerar melhor retorno à população residente.

Os resultados também corroboram com os achados de Suzart, Zuccolotto e Rocha (2018) que encontram como resultados que os municípios brasileiros que receberam maior

volume de transferência foram os que apresentaram maiores evoluções em seus indicadores de desenvolvimento.

As transferências na área de educação possuem coeficiente negativo na explicação do IFDM-S, neste caso o aumento de 1% nas transferências na área da educação causa a redução de cerca de 0,0235 unidades aproximadas do índice. Os demais IFDM e IFDM_ER não foram significantes. Tais resultados são contrários ao esperado pela literatura. Isso pode acontecer porque os recursos alocados em educação têm um prazo de amadurecimento até surgirem os efeitos no emprego e na renda, e no desenvolvimento, consequentemente, conforme explica Todaro e Smith (2011).

A *proxy* de qualidade da educação (SAEB) teve significância estatística de 1% tanto na explicação do índice geral como em seus componentes. A interpretação do coeficiente mostra que um aumento de 1 ponto no indicador de qualidade da educação provoca o incremento de 0,5236 unidades no índice de desenvolvimento geral (IFDM). O aumento de 1 ponto no indicador de qualidade da educação causa o aumento de 0,719 unidades, 0,568 unidades e 0,283 unidades nos índices IFDM_E, IFDM_S e IFDM_ER, respectivamente.

Tais resultados estão de acordo com o esperado com base na literatura, uma vez que a qualidade na educação aumenta a probabilidade de melhorias no emprego e na renda. Além disso, em populações com maior qualidade de educação há maior probabilidade de cuidados com a saúde, como manuseio adequado de alimentos e busca por serviços, conforme explicações de Scarpin e Slomski (2007) e de Todaro e Smith (2011).

Em se tratando da variável o esforço orçamentário em saneamento básico (SANEAM) para explicação dos índices de desenvolvimento geral, bem como seus componentes da saúde e educação, apresentaram significância estatística de 1%, já para o componente renda e emprego a significância estatística foi 5%.

O SANEAM tem maior efeito sobre o IFDM_E, o acréscimo de 1% no esforço orçamentário em saneamento acarreta aumento em unidades aproximadas 0,00965 do índice. A adição de 1% na variável SANEAM ocasionaria acréscimo de aproximadamente 0,00751 em unidades do IFDM. A adição de 1% em investimentos no saneamento ocasionaria um incremento absoluto de aproximadamente 0,00745 unidades de IFDM_S. Para o aumento de 1% da variável SANEAM, provoca também o acréscimo de aproximadamente 0,0545 unidades do IFDM_ER.

O resultado está em consonância com a expectativa teórica, dado que o saneamento básico é relevante para promoção da saúde pública e do desenvolvimento socioeconômico.

Isso porque melhores condições de saneamento melhoram as condições de saúde devido a redução dos riscos de contaminação por doenças (TODARO; SMITH, 2011; SIQUEIRA, et al., 2018).

As variáveis *dummys* foram utilizadas para avaliar o efeito da região geográfica em relação ao desenvolvimento, sendo criada uma *dummy* para cada região do país, e a região norte foi tomada como parâmetro de comparação, sendo assim omitida do modelo. Observa-se que todas as *dummies* utilizadas tiveram significância estatística ao nível de 1%, exceto para a região nordeste na dimensão emprego e renda do índice. O valor positivo dos coeficientes demonstra que o município ser proveniente do nordeste, centro-oeste, sudeste e sul tem probabilidade maior de apresentar melhor nível de desenvolvimento. Esse resultado é potencializado para a região sul, *dummy* que apresenta maior coeficiente tanto para o índice geral como para os seus componentes.

Os resultados das variáveis *dummies* estão de acordo com a expectativa teórica, dado que estudos como os de Monteiro Neto (2014) demonstram uma acentuada desigualdade regional do Brasil, efeito principalmente da coordenação federativa, com regiões como sul e sudeste sendo mais desenvolvidas, e norte e nordeste com menores indicadores de desenvolvimento.

Por fim, os valores relativamente altos das constantes nos quatro modelos estimados indicam que há outras variáveis que podem explicar o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, mas que não foram levadas em consideração no modelo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar em que medida o desenvolvimento socioeconômico dos municípios pode ser afetado pelo recebimento das transferências governamentais. Foram consideradas as transferências condicionadas às áreas da saúde e da educação.

Os resultados demonstram que, de modo geral, os recursos de transferências na saúde e na educação têm um efeito positivo sobre o desenvolvimento municipal dos municípios, principalmente para os componentes da saúde e da educação. No entanto, as transferências não tiveram efeito sobre a dimensão de Emprego e Renda. Esse fato pode ser explicado porque tanto a educação como a saúde têm um tempo de maturação para gerar

efeitos tanto na geração de emprego como na renda dos indivíduos, o que não foi considerado neste estudo.

Com relação às variáveis de controle utilizadas, observou-se que tanto a qualidade da educação como o esforço orçamentário em saneamento básico apresentam efeito positivo sobre o desenvolvimento.

As variáveis *dummies* permitiram verificar que ainda existe uma discrepância no desenvolvimento nas diferentes regiões do país, sendo as regiões sul e sudeste as que apresentam os maiores níveis de desenvolvimento (maiores coeficientes para as variáveis *dummies*), de forma geral.

Dessa forma, é possível concluir que as transferências condicionadas às áreas de saúde e educação têm um efeito positivo sobre o desenvolvimento socioeconômico municipal, ou seja, os recursos são aplicados de forma que contribuem para o desenvolvimento. Entretanto, ainda são necessárias ações e construção de mecanismos no âmbito do federalismo fiscal para dirimir as diferenças de desenvolvimento entre os governos locais das diversas regiões.

O estudo tem como limitação a abordagem em *cross section*, considerando apenas o ano de 2016, o que não permite avaliar o efeito das transferências no desenvolvimento em um prazo maior e nem o prazo de maturação que esses recursos precisam para surtir maiores efeitos.

Como sugestões de pesquisas futuras, sugere-se a utilização da abordagem com dados em painel para avaliar em um período temporal maior os efeitos das transferências condicionadas sobre o desenvolvimento, bem como a inclusão de outras variáveis de interesse, como o esforço de arrecadação própria dos municípios.

REFERÊNCIAS

BAIÃO, A. L.; CUNHA, A. S. M.; SOUZA, F. S. R. N. Papel das Transferências Intergovernamentais na Equalização Fiscal dos Municípios Brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 583-610, 2017.

BARBOSA, F. H *et al.* **Federalismo Fiscal, Eficiência e Equidade**: uma Proposta de Reforma Tributária. [S. l.]: FENAFISCO - FGV, 1998.

BEZERRA, E. F. **Estrutura do federalismo fiscal brasileiro**: Análise dos incentivos fiscais e a discussão sobre a autonomia financeiro dos entes subnacionais. Paco e Littera Editora, 2022.

CAMARGO, D A; HERMANY, R. O sistema de equalização financeira da Alemanha, Finanzausgleich, e as potencialidades de referenciar um federalismo cooperativo e municipalista no Brasil. Revista de **Direito da Cidade**, v. 12, n. 1, p. 768-805, 2020.

CORRAR, L. J; PAULO, E; DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada Para Os Cursos De Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, J. A.; LIMA, R. H.; MARTINS, V. G. O Efeito Flypaper no Financiamento da Educação Fundamental dos Municípios Paraibanos. **Administração Pública e Gestão Social**, 9(2), abr.-jun., 2017, 95-104.

FÁVERO, L. P. BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados**. Editora Campus-Elsevier: Rio de Janeiro, 2015.

FUNDEB. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 22/05/2019.

GADELHA, S. R. B. **Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil**. Brasília: ENAP, 2017.

GASPARINI, C. E; GUEDES, K. P. Descentralização fiscal e Tamanho do Governo no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, p. 303-323, 2007.

GRIN, E. J; DEMARCO, D. J; ABRUCIO, F. L. **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**. Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

GUICHENEY, H; JUNQUEIRA, M. O; ARAÚJO, V. O debate sobre o federalismo e suas implicações para a governabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 83, p. 69-92, 2017.

KUGELMAS, E; SOLA, L. Recentralização/Descentralização dinâmica do Regime Federativo no Brasil dos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, p. 63-81, 2000.

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **REGE-Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015.

MENDES, M; MIRANDA, R. B; COSIO, F. B. **Transferências Intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma**. Brasília, 4 abr. 2008.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-40-transferencias-intergovernamentais-no-brasil-diagnostico-e-proposta-de-reforma>. Acesso em: 24/05/2019.

MENICUCCI, T; LEANDRO, J. G. Arranjo Federativo e Desigualdades em Saúde no Brasil e na Argentina. **Dados**, v. 66, n. 4, p. 1-46, 2022.

MONTEIRO NETO, A. **Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes**. Brasília: IPEA, 2014.

NUNES, M. A.; MATOS, R. E. S. O município no Brasil República e o surto emancipacionista após a constituição federal de 1988. **Revista Espaço e Geografia**, v. 22, n. 1, p. 3-50, 2019.

OATES, W. E. An Essay on Fiscal Federalism. **American Economic Association**, [S. l.], 3 set. 1999.

PEREIRA, Mateus Machado *et al.* Transferências constitucionais e arrecadação pública: análise comparativa do FPM nos municípios do Rio Grande do Sul entre 2009 e 2016. **Revista Estudo & Debate**, v. 26, n. 4, 2019.

PIANCASTELLI, M; MIRANDA, R. B; VASCONCELOS, J. R. **Esforço Fiscal dos Estados Brasileiros**. Brasília: IPEA, Textos para discussão. 2004.

PRADO, Sérgio *et al.* **Transferências Intergovernamentais e a Federação Brasileira: Avaliação e Alternativas de Reforma**. Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros. 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, P. R. C; COSTA, T M. T; SILVEIRA, S. F. R. Receita Pública e Bem-Estar Social nos Municípios Mineiros Emancipados No Período de 1988 a 1997. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre. vol.19, n.1, p.61-82. 2013.

REIS, V. M. P. *et al.* Análise dos Fatores Determinantes da Dependência Financeira dos Municípios Brasileiros ao FPM. In: **USP International Conferece In Accounting**. 22, São Paulo, SP, 2022.

RIBEIRO, C. P. P *et al.* Transferências constitucionais no Brasil: um estudo bibliográfico sobre o FPM-fundo de participação dos municípios. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 39, p. 44-65, 2019.

RODDEN, J. Federalismo e Descentralização em Perspectiva Comparada: Sobre Significados e Medidas. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 9-27, 2005.

ROGERS, M. Federalism and the welfare state in Latin America. *Regional & Federal Studies*, v. 31, n. 1, p. 163-184, 2021.

SCARPIN, J. E; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 5, p. 909-933, 2007.

SCHLINDWEIN, C. M; CARDOSO, B. F; SHIKIDA, P. F. A. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. **URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 361-375, 2014 .

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SIMONI JUNIOR, S; LAZZARI, E; FIMIANI, H. Federalismo fiscal na pandemia da Covid-19: Do federalismo cooperativo ao bolsonarista. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 27, n. 87, p. 1-20, 2022.

SIQUEIRA, I. M *et al.* Eficiência na Alocação de Recursos em Saneamento Básico: Correlações com Saúde, Educação, Renda e Urbanização nos Municípios Mineiros. **Contabilometria**, v. 5, n. 1, 2017.

SOUZA, C. M. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-14, 2019.

SUZART, J. A. S; ZUCCOLOTTO, R; ROCHA, D. G. Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 11, n.1, p. 127-145, 2018.

TODARO, M. P; SMITH, S. C. **Economic development**. 11thed. Boston, MA. 2011.

TOMIO, F. R. L. Federalismo, Municípios e Decisões Legislativas: a Criação de Municípios no Rio Grande do Sul. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 123-148. 2005.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

REIS, A. O; GONZAGA, A. L. M. Relações entre Transferências Governamentais e Desenvolvimento Socioeconômico: Análise em Governos Locais Brasileiros. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 4, art. 5, p. 91-113, abr. 2023.

Contribuição dos Autores	A. O. Reis	A. L. M. Gonzaga
1) concepção e planejamento.	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X